

Tensões atuais no campo da educação de surdos:

escola para todos ou escola para surdos – contribuições para um possível diálogo

Solange Maria da Rocha *

*Doutoranda em Educação pela PUC/RJ.

Professora de História do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Material recebido em setembro de 2005 e selecionado em outubro de 2005.

Resumo

Este trabalho procura dialogar criticamente com a visão de educação especial como segregacionista, reconhecendo a contribuição desta modalidade de ensino, no âmbito do iluminismo europeu, para o deslocamento da visão de seus sujeitos como “seres castigados pelos deuses” à de sujeitos com direito à escolarização. Procura também contribuir para um diálogo entre as atuais tensões do campo representadas pela polarização das propostas Escola para Todos x Escola para Surdos.

Palavras-chave: educação especial; iluminismo europeu; escolarização; escola para todos; escola para surdos.

Abstract

This article attempts at making a critical dialogue with the approach of special education as segregatiniost, and at recognizing

the contribution of this teaching modality – within the field of European Enlightenment – for the displacement of the vision of its subjects as “beings punished by the gods” towards the vision of them as subjects who have the right to schooling. It also aims at helping to establish a dialogue between the present tensins in the field, represented by the polarization of “School for All” x “School for the Deaf” proposals.

Key words: special education; european enlightenment; schooling; school for all; school for the deaf.

1. Educação Especial (bandidos ou mocinhos)

A educação de surdos, ao longo da história, esteve inscrita no campo da Educação Especial, campo este circunscrito à escola-

rização de sujeitos que apresentavam alguma diferença sensorial, física, mental, e/ou algumas dessas diferenças associadas. Ao longo do período que costumamos denominar de Idade Moderna, encontramos na Europa inúmeros registros de trabalhos desenvolvidos por religiosos católicos e protestantes, tendo como sujeitos pessoas surdas. Esses trabalhos oportunizaram um deslocamento social desses sujeitos, que permaneciam anteriormente numa lógica de eliminação física ou social, sem projeto de Estado, não sendo considerados humanos, e sim seres castigados pelos deuses.

O humanismo e o racionalismo, que foram as bases da ciência moderna, possibilitaram a passagem do entendimento de “seres castigados pelos deuses” para o de sujeitos com direitos à socialização e à educação. (Rocha, 1997, pags. 3 e 4)

O famoso esforço do Dr. Itard em socializar o menino selvagem Victor de Aveyron, na França do século XVIII, funda na história a possibilidade de intervenção médico-educacional em uma criança abandonada nas florestas. Sua origem é desconhecida, no entanto, podemos fazer algumas inferências relativas à sua situação

de abandono examinando a infância na França do século XVIII, e mais, a infância de uma criança que não falava, não respondia a estímulos sonoros e tinha graves comprometimentos emocionais. Categorizadas como selvagens, essas crianças sofriam o abandono dos pais, do Estado, vivendo nas florestas, longe, portanto, dos povoados, excluídos do convívio social.

São muitos os registros, na história, de crianças abandonadas por serem diferentes e que tiveram que assumir a condução de suas vidas sem conviver com outras pessoas, algumas até "adotadas" por famílias de animais, como no episódio das meninas-lobo da Índia. Graças aos relatórios do Dr. Itard sobre seus procedimentos com o menino Victor, podemos acompanhar as tentativas de socialização de uma dessas crianças e constatar as contribuições desse médico em vários campos da ciência, a partir dessa experiência. Só para citar algumas: no campo da otologia clínica, para as pesquisas sobre autismo, e para a obra de Maria Montessori e suas experiências com os sentidos.

Com todos os cuidados que devemos ter ao nos debruçarmos para o passado buscando iluminar o presente, evitando a *história tribunal* ou *como deveria ter sido*, podemos compreender a importância do trabalho desses pioneiros da Educação Especial. Ao contrário de seu mestre Philippe Pinel, que não nutria esperança em educar o menino selvagem, atribuindo o seu abandono ao fato de ser idiota, Itard assumiu o

desafio de educá-lo. Na qualidade de médico, buscou superar a incapacidade auditiva de Victor e, neste aspecto, sentiu-se malgrado em suas tentativas.

A medicina de nada vale naquilo que está morto, e por aquilo que me foi dado a observar, não há vida no ouvido de um surdo-mudo. Quanto a isso, não há nada que a ciência possa fazer. (BANKS-LEITE e SOUZA, 2000, p.192)

Dependendo do recorte que fizemos para olhar o problema, poderemos situar a Educação Especial como a grande vilã segregacionista, assistencialista, clínica, que significa seus sujeitos na deficiência e não nas outras eficiências não afetadas por alguma patologia.

O olhar lançado por Itard a Victor talvez tenha sido para a sua falta (o sentido da audição), e suas outras potencialidades tenham sido consideradas secundárias. Registre-se, no entanto, que houve um olhar, o olhar de um médico, um olhar clínico, mas houve um olhar, o que, para alguns críticos da Educação Especial, será o olhar único, ou então hegemônico, ao longo da história dessa modalidade de ensino.

Dependendo do recorte que fizemos para olhar o problema, poderemos situar a Educação Es-

pecial como a grande vilã segregacionista, assistencialista, clínica, que significa seus sujeitos na deficiência e não nas outras eficiências não afetadas por alguma patologia. Se a educação dos *normais* esteve no âmbito do direito, e o ensino de surdos no da moral assistencialista (Soares, 1999, p.115), tendo a contrapor-me di-

zendo que o ensino de surdos esteve inscrito no direito à assistência, o que, naquela altura, representava um avanço extraordinário para sua condição social.

Em decorrência do projeto do ascendente Estado Moderno burguês de criar escolas e popularizar a educação, e do trabalho dos religiosos católicos e protestantes, inúmeros institutos foram fundados, primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos, México e Brasil. Concebidos em prédios grandiosos, neles viviam os surdos longe de suas famílias e,

ainda, afastados do convívio da sociedade. De toda sorte, esses institutos representavam um avanço estupendo para uma população não desejante, não reconhecida, invisível, sem cidadania e, por vezes, sem direito à vida.

De fora para dentro, a população olhava aqueles muros imaginando o que acontecia para além deles. Do lado de dentro, profissionais ocupados com a socialização, educação e escolarização dos surdos formulavam políticas, discutiam caminhos para sua educação.

No mesmo século de Itard, XVIII, temos registro do primeiro embate público sobre métodos para trabalhar a educação da pessoa surda. Trata-se da famosa discussão entre o abade francês Charles Michel de L'Épée (1721-1789), autor do método mímico com a utilização de sinais e o pastor alemão Samuel Heinicke (1721-1790), defensor do método oral. Esses conflitos, cujas raízes históricas remontam às tensões entre a Reforma e a Contra-Reforma (Nóvoa, 1991, p.113), atravessaram séculos e ainda permanecem no centro das discussões e formulações atuais de políticas públicas.

Em 1880, um congresso realizado em Milão, com a presença de inúmeros profissionais ligados aos institutos de surdos, decreta que os sinais são perniciosos para a educação de surdos, proclamando o método oral como o mais adequado. Essa deliberação vai marcar profundamente o campo, abrindo um fosso entre os que aderiram radicalmente a essa proposta e os que reagiram a ela.

2. Escolarização Clínica / LIBRAS como Primeira Língua

Os métodos orais demandavam um tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que já sendo prejudicada pela importância que era dada à expressão pela palavra oral. Essa perspectiva de escolarização clínica adiou aquilo que podemos chamar de escolarização com foco no ensino, descolada das faltas de seus sujeitos – no caso dos surdos, da audição. Os incipientes resultados dessa política oralista para os surdos, que demandavam ensino público de massa, estimularam o surgimento, em meados da década de 1990, de um movimento nacional e internacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios surdos, no sentido de apontar outros caminhos para a escolarização e socialização desses sujeitos. Com apoio das pesquisas re-

alizadas na área da lingüística, que conferiu *status* de língua à comunicação gestual entre surdos, esse movimento ganha corpo. No entanto, muito do que se produziu no campo acadêmico dentro dessa nova perspectiva não contribuiu para a abertura de um diálogo com aqueles que defendiam o outro paradigma. Ao contrário, o que se viu foram formulações em tom acusatório aos oralistas, jogando episódios da história num tribunal que parece não ter fim. O próprio Itard é julgado por suas experiências com Victor ao ter como referência os pressupostos do Iluminismo:

[...] a filiação rigorosa a tais saberes impediu-o de considerar importante as novidades que surgiam na relação com Victor; a postura adotada por Itard não permitiu um remanejamento de suas práticas face ao garoto, ou, quando efetuava uma tentativa nesse sentido, era sempre fiel aos mesmos princípios básicos aceitos *a priori*, e, portanto, estranhos à própria relação que se desenrolava entre o mestre e o aprendiz. (BANKS-LEITE e SOUZA, 2000, p59)

Talvez devêssemos esperar do Dr. Itard uma espécie de anacronismo positivo que levasse o mestre a relacionar-se em outras bases com seu aprendiz; talvez as autoras ensajassem uma adesão do médico iluminista às atuais

Muito do que se produziu no campo acadêmico dentro dessa nova perspectiva não contribuiu para a abertura de um diálogo com aqueles que defendiam o outro paradigma.

A política inclusiva viabilizava sua re inserção na realidade como docentes de seus docentes, oportunizando um deslocamento do paradigma de sujeitos doentes passíveis de cura ao de sujeitos com autoria nas políticas sociais e educacionais de seus iguais.

propostas que as mesmas defendem para a educação de surdos. Seria uma outra forma de se relacionar com a história.

Reduzir a história entre mocinhos e bandidos é um tortuoso caminho fácil. Difícil é tentar compreender as razões da história e seus longos e imbricados processos.

3. Tensões atuais: LIBRAS língua de instrução x Inclusão

Atualmente, no campo acadêmico, o discurso hegemônico é que o surdo tem uma identidade constituída, uma língua, e deverá receber sua escolarização junto com outros surdos, de preferência numa escola só de surdos, inclusive seu corpo docente (SKLIAR, 1999). Essa proposta exige de nós uma reflexão profunda no sentido de examinar sua potência libertadora, constitutiva de identidade, ou se trata-se apenas de uma nova roupa para a velha segregação. Dentro desse corpo de idéias é que surgem as

mais severas críticas à atual política do Estado, de Escola Para Todos, numa perspectiva inclusiva. Seus contumazes críticos desenvolvem seus argumentos numa perspectiva *macro*, apontando seu caráter neoliberal subordinado aos organismos internacionais, e numa perspectiva *micro*, afirmando que a inclusão é a velha idéia de normalização ou apagamento das diferenças.

[...] a globalização, interpretada segundo um viés neoliberal, com os rumos que vem tomando, poderá ser como um rolo compressor ao pasteurizar as diversidades sociais. [...] Pouco adianta a presença de profissionais surdos na escola se eles são subservientes aos desígnios de especialistas ouvintes, preocupados tão somente em facilitar o acesso à língua majoritária. (SOUZA e GÓES, 1999, p184)

Para iluminar essa discussão, vamos ver o que diz a Declaração de Salamanca, documento da ONU indutor de políticas públicas para os países signatários, sobre a educação de surdos:

As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos

sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. (UNESCO, 1994, p.30)

Como desdobramento, o Plano Nacional de Educação aponta a implementação, em cinco anos, e para a generalização, em dez, da Língua de Sinais nas escolas brasileiras. Ao invés de apagamento, como entendem alguns, a inclusão traz a possibilidade da visibilidade desses sujeitos que ainda estão longe das escolas, em sua grande maioria, sendo ainda considerados doentes ou incapazes, aprisionados numa lógica perversa que, como entendemos, somente o direito à escolarização imediata poderá resgatar.

Os surdos não configuram uma categoria abstrata. São pessoas com histórias diferentes, crenças diferentes e processos de socialização diferentes. Em junho de 2001, uma publicação evangélica intitulada *Carta Viva* circulou no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. A capa do exemplar continha o seguinte título: “Surdos curados em todo o país”. Em seu interior, inúmeros depoimentos de surdos curados.

Na publicação citada, os surdos tinham tratamento de seres doentes, e sua surdez era passível de cura. No mesmo ano, em Brasília, no Ministério da Educação, cidadãos surdos oriundos de quase todos os estados brasileiros estiveram durante uma semana na capital federal. Financiados pelo poder público, capacitaram-se em LIBRAS com instrutores surdos, a fim de capacitarem professores, alunos surdos e a comunidade em geral, em sua língua. A política inclusiva viabilizava sua reinserção na realidade como docentes de seus docentes, oportunizando um deslocamento do paradigma de sujeitos doentes passíveis de cura ao de sujeitos com autoria nas políticas sociais e educacionais de seus iguais. Assim sendo, os sistemas de ensino público estarão se preparando para sua diversidade, não apostando em seu apagamento.

Nosso foco deverá ser sempre a enorme massa de surdos excluídos das escolas, em função da perversa lógica de não terem escolas devido a estas não estarem prontas para eles, ou não terem escola por não estarem prontos para elas. Não há mais como esperar.

A inclusão escolar dos surdos inscreve-se agora no âmbito dos direitos humanos, e sua negação ou impedimento é um crime contra a humanidade. Penso que o diálogo necessário entre as tensões desse campo é estabelecer, como prioridade, políticas de aproximação com as famílias de surdos para que tragam seus filhos para a escola. Partindo de sua presença nos sistemas públicos de ensino, nos mais remotos cantos do território brasileiro, viabilizar-se-á sua educação em consonância com as discussões acadêmicas, as lideranças surdas e os profissionais que nela atuam.

Referências Bibliográficas

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina. O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma educação especial In: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Isabel (Orgs.). *A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard*. São Paulo, Cortez, 2000.

NÓVOA, Antônio, Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

ROCHA, Solange Maria da. Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. *Espaço – Informativo Técnico-Científico do INES*, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, 1997. p.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1999. Obra completa.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOARES, R. R. Surdos curados em todo o país. *Carta Viva*, Rio de Janeiro, jun. 2001.

SOUZA, Regina Maria; GÓES, Maria Cecília Rafael de. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão In: SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade em educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.